

Alfabetização midiática e informacional: competências em prol de valores coletivos e da sustentabilidade

Aline Pimenta Nascimento ¹
Marinês Santana Justo Smith ²

RESUMO

A dinâmica tecnológica da sociedade contemporânea criou a necessidade de novas competências. A UNESCO, reconhecendo essa necessidade, ao abordar o impacto da tecnologia nos meios de comunicação, desenvolveu a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), a fim de contribuir para uma conduta mais reflexiva, ética e efetiva das pessoas em seus diversos contextos. Diante disso, o objetivo deste estudo de caráter exploratório é apresentar a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) como uma nova competência capaz de proporcionar a reflexão em torno da adoção de modos de vida mais sustentáveis, respeitando o meio ambiente e o futuro das próximas gerações. Para tanto, a pesquisa bibliográfica fundamenta as discussões arroladas e demonstram a relevância de novas competências para um mundo instável e problemático. Sendo a educação uma das bases para o restabelecimento do equilíbrio e da flexibilidade nas economias, tecnologias e instituições sociais atuais tendo em vista a sustentabilidade do planeta.

Palavras-Chave: Tecnologia. Valores. Sustentabilidade. Alfabetização midiática e informacional.

1 Introdução

O planeta está passando por uma série de desequilíbrios. Alertas em torno dos altos índices de poluição, esgotamento de recursos naturais e desaparecimento de espécies são cada vez mais frequentes. Nesse contexto, o avanço tecnológico é apontado como um dos principais responsáveis por essas transformações. Tendo em vista que os recursos tecnológicos têm impactado de maneira significativa a forma como os seres humanos vivem, trabalham e se relacionam. Desse modo, apesar de a tecnologia também oferecer muitos benefícios, seu uso indiscriminado tem provocado prejuízos para o meio ambiente e para a vida na Terra.

Considerando que a humanidade não se encontra totalmente preparada para lidar com essa revolução tecnológica, identifica-se a necessidade do desenvolvimento de novas competências com o intuito de contribuir para o uso consciente da tecnologia por toda a sociedade.

Nesse sentido, diante do fortalecimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a UNESCO preocupada com o impacto da tecnologia, mais especificamente nos sistemas de comuni-

¹ Mestra em Desenvolvimento Regional, linha de pesquisa Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional, pelo Centro Universitário Municipal de Franca. E-mail: napialine@gmail.com

² Professora titular na graduação e pós-graduação stricto e lato sensu do Centro Universitário Municipal de Franca.

cação, elaborou uma metodologia baseada em um conjunto de competências para promover o empoderamento dos cidadãos no acesso, uso e compartilhamento de informações e conteúdos midiáticos. Dessa maneira, a alfabetização midiática e informacional (AMI) procura oferecer subsídios para que os cidadãos desenvolvam conduta mais crítica, ética e efetiva em suas atividades pessoais, sociais e profissionais.

Diante disso, o presente estudo tem por objetivo apresentar a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) como uma nova competência capaz de proporcionar a reflexão em torno da adoção de modos de vida mais sustentáveis, respeitando o meio ambiente e o futuro das próximas gerações. Para tanto, quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica é a base para as discussões arroladas ante o caráter exploratório do estudo.

2 A crise de valores que assola o mundo

O mundo tem vivido uma crise sem precedentes. O medo e a incerteza pairam sobre diversas partes do globo. Seja pelo aumento da intolerância ideológica e religiosa, expressado pelo acirramento dos conflitos armados no Oriente Médio e recorrentes atentados terroristas em vários países da Europa, seja pelo estremecimento das relações internacionais com a ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos da América e seu polêmico discurso eleitoral. Ou ainda, pela crise ética e moral que atualmente assola principalmente o Brasil em seus diversos escândalos de corrupção e desvios de recursos. Outro fator alarmante é a corrida armamentista. Constantes provocações entre as potências nucleares têm sido observadas, fato que se apresenta como risco iminente diante do elevado poder de destruição em massa que as armas nucleares apresentam.

Em face desse cenário instável, entende-se que o planeta está mergulhado em profunda crise de valores,

[...] uma crise complexa, multidimensional, cujas facetas afetam todos os aspectos de nossa vida — a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, da economia, tecnologia e política. É uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais; uma crise de escala e premência sem precedentes em toda a história da humanidade. Pela primeira vez, temos que nos defrontar com a real ameaça de extinção da raça humana e de toda a vida no planeta. (CAPRA, 2014, 21).

Além disso, identifica-se que o sistema econômico vigente obcecado pelo crescimento e expansão tem intensificado o uso da tecnologia em busca de aumento expressivo de produtividade e, conseqüentemente, vem transformando radicalmente o meio ambiente. Essa nova realidade tecnológica trouxe fontes de estresse físico e psicológico à vida cotidiana da maioria das cidades, que passaram a conviver diariamente com congestionamento de tráfego, ruídos irritantes, poluentes químicos, riscos de radiação e envenenamento da água e do ar devido ao descarte irregular de resíduos químicos tóxicos, etc. (CAPRA, 2014).

De acordo com Schwab (2015), fundador e presidente executivo do Fórum Econômico Mundial, o mundo está se aproximando da Quarta Revolução Industrial. Uma revolução capaz de transformar consideravelmente a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos. Diferente de qualquer coisa já vivenciada anteriormente pela humanidade, em virtude de seu alcance, escala, velocidade e

complexidade. Sua principal característica é a fusão de tecnologias possibilitando a convergência das esferas física, digital e biológica. Dessa maneira, na Quarta Revolução Industrial são previstas transformações em sistemas inteiros de produção, gerenciamento e governança, além do impacto na saúde e nas relações humanas. E, por ser imprevisível seu desenrolar, faz-se necessário o acompanhamento dessas mudanças de forma integrada e abrangente, envolvendo todas as partes interessadas da política global, os setores público e privado, a academia, os organismos não governamentais e a sociedade civil (SCHWAB, 2015).

Requerendo a responsabilidade de todos os setores da sociedade, Schwab (2015) afirma ser imprescindível a adoção de uma visão globalmente compartilhada pautada nas pessoas e em valores e objetivos comuns. Para tanto, é essencial que se busque a compreensão de como a tecnologia está afetando a vida das pessoas e reformulando os espaços econômicos, sociais, culturais e humanos. Desse modo, faz-se urgente a construção de uma nova consciência coletiva e moral, a começar pela percepção do impacto de decisões e ações exercidas enquanto cidadãos, consumidores e investidores. Apesar de suas transformações exponenciais, essa revolução tecnológica pode ser controlada. A valorização e a capacitação das pessoas nesse sentido se revelam a chave para moldar a Quarta Revolução Industrial e, assim, direcioná-la para um futuro que reflita objetivos e valores comuns (SCHWAB, 2015).

Schwab (2015) sugere a adoção de uma visão globalmente compartilhada, corroborando o pensamento de Capra (1996, p. 25) de que é preciso ter “uma visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado”. Sendo assim, é preciso compreender o mundo com o olhar sistêmico, admitindo que todos os seres vivos, dos mais simples aos mais complexos, todos se inter-relacionam de alguma forma e se afetam mutuamente, ao mesmo tempo que todos exercem influência sobre o meio ambiente.

Nesse contexto, é necessário que também os processos e as atividades econômicos passem a ser interpretados pelos pressupostos sistêmicos, visto que os problemas econômicos contemporâneos são problemas sistêmicos, e interferem nas esferas sociais, culturais e ecológicas, simultaneamente (CAPRA, 2014).

Para Sheng (2001), as condições de insustentabilidade em que o mundo se encontra atualmente são justificadas pelas instituições sociais, pelos sistemas de informação e pelos valores praticados pela sociedade. Os principais pontos defendidos pelo autor são:

1. Uma sociedade sustentável é aquela onde conseguimos dar solução aos problemas sociais, ambientais e econômicos.
2. Muitos problemas com os quais temos que lidar são induzidos pelos seres humanos.
3. As atividades humanas são condicionadas pelas instituições sociais.
4. As instituições sociais são baseadas em sistemas de informação que supostamente expressam os valores de uma sociedade.
5. Os sistemas de informação existentes podem refletir valores verdadeiramente impróprios de uma sociedade (tal como desigualdade) ou falharem em realmente refletir valores sociais apropriados (tal como a preocupação pelo bem-estar das gerações futuras). (SHENG, 2001, p. 170, grifos do autor).

Nessa perspectiva, pode-se dizer que há muita informação quanto à urgência de se preservar e cuidar do meio ambiente em benefício das gerações atuais e das futuras, sendo necessário, para tanto,

mudanças no modo de vida da sociedade contemporânea. No entanto, os sistemas de informação, principalmente por meio da mídia e da publicidade, expressam valores inapropriados como o individualismo e a exaltação do ter em detrimento do ser. Dessa forma, acabam por estimular o consumismo, que, indiretamente, provoca a degradação ambiental, comprometendo a sustentabilidade do planeta e o futuro das gerações vindouras.

Por isso, é indispensável “[...] mudar os valores sociais impróprios existentes, ou modificar os sistemas de informação existentes que falham em expressar valores sociais apropriados” (SHENG, 2001, p. 170).

Em relação aos valores, Hodgkinson (1996) procurou analisar as influências exteriores que impactam a escolha do indivíduo ao adotar um valor em detrimento de outro. O autor nomeou as influências como fontes de valores. Para sua análise, Hodgkinson (1996) criou um diagrama (Figura 1) demonstrando as diferentes fontes de valores e suas relações.

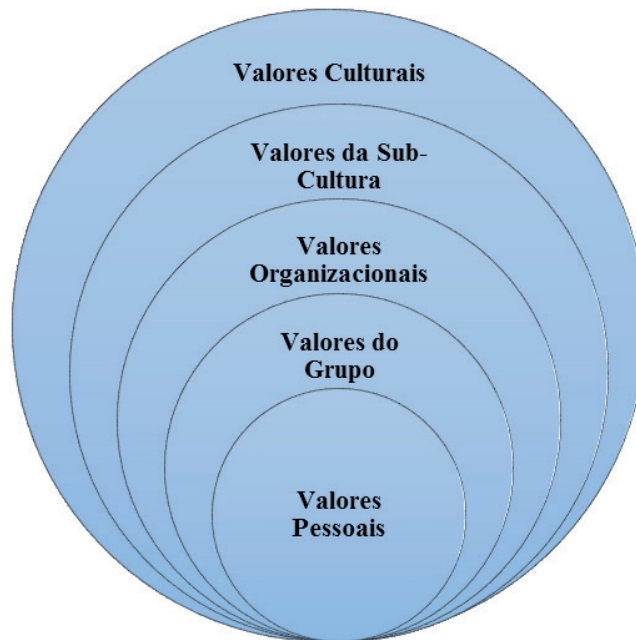


Figura 1 – Fontes de valores
 Fonte: Adaptado de Hodgkinson (1996)

Para melhor compreensão das fontes de valores e suas interações com o indivíduo, o Quadro 1 foi elaborado conforme a percepção de Hodgkinson (1996).

Quadro 1 – Características das fontes de valores

<p>Valores Intrínsecos ao indivíduo</p>	<p>Valores Pessoais</p>	<p>Já foram inculcados no indivíduo, formam-se através de observações feitas, experiências vivenciadas e influências sofridas levando a que o indivíduo organize e determine as suas preferências daquilo que será melhor para si.</p>
--	--------------------------------	--

Valores Extrínsecos relacionados com o dia-a-dia do indivíduo e no trabalho	Valores do Grupo	São fomentados por pessoas com quem o indivíduo tem uma ligação, estando relacionados com os grupos de trabalho e grupos sociais onde o indivíduo se insere.
	Valores Organizacionais	Manifestam-se em objetivos formais e informais, em políticas, procedimentos e intentos da organização.
Valores Extrínsecos relacionados com o ambiente em que o	Valores da Subcultura	Modificam e moldam a cultura geral do indivíduo e englobam os componentes utilizados pelo indivíduo nos contatos sociais.
	Valores Culturais Externos	Estão relacionados com o ambiente mais geral e com valores implícitos e explícitos da cultura global, nomeadamente aqueles que são apresentados e promovidos pelos sistemas políticos e sociais.

Fonte: Adaptado de Hodgkinson (1996)

Como é possível averiguar, Hodgkinson (1996) define a existência de valores intrínsecos e extrínsecos. Os valores extrínsecos estão relacionados com a vivência de mundo e a convivência com os outros indivíduos e interferem na formação dos valores intrínsecos. Por outro lado, os valores intrínsecos ao serem internalizados funcionam como indutores e seletores de pensamentos e ações, ou seja, interferem no modo com o qual o indivíduo escolhe a forma de se comportar em cada situação.

Desse modo, entende-se que os valores culturais externos e os valores da subcultura expressos pelos sistemas sociais, econômicos e políticos da sociedade contemporânea precisam ser reformulados a fim de que passem a expressar valores e objetivos comuns em prol da coletividade e da sustentabilidade, da qual depende toda a vida no planeta.

Ademais,

[...] quando os valores e sistemas de informação forem corrigidos, é preciso então assegurar que as instituições sociais operem à base de sistemas de informação que verdadeiramente exprimam valores representativos e informados, e que sejam nutridos pela sociedade como um todo. (SHENG, 2001, p. 170).

Pelo exposto, é evidente a urgência de profunda mudança de valores bem como a reestruturação dos sistemas de informação e educação, como base para o restabelecimento do equilíbrio e da flexibilidade nas economias, tecnologias e instituições sociais (CAPRA, 2014). Tal mudança é imprescindível para a construção da sustentabilidade global e para garantir o futuro das próximas gerações.

3 Sustentabilidade

Ao longo dos tempos, o termo sustentabilidade tem abarcado diversas interpretações.

Para Irving (2014), o termo sustentabilidade requer reflexão crítica acerca do modo de funcionamento da sociedade contemporânea e implica, ao mesmo tempo, em posicionamento ideológico e político de seus membros.

Na percepção de Leff (2010, p. 31), “a sustentabilidade é uma maneira de repensar a produção e o processo econômico, de abrir fluxo do tempo a partir da reconfiguração das identidades, rompendo o cerco do mundo e o fechamento da história impostos pela globalização econômica”.

De acordo com o autor, é preciso repensar o foco exclusivo na dimensão econômica, abrindo espaço para as demais dimensões, como as questões sociais e ambientais, por exemplo, através de processos de ressignificação, construindo novas identidades e despertando novos valores mediante o pensamento reflexivo.

Para a UNESCO, (2005, p. 30) com base em Hill et al (2003),

sustentabilidade refere-se às maneiras de se pensar o mundo e as formas de prática pessoal e social que levam a:

- indivíduos com valores éticos, autônomos e realizados;
- comunidades construídas em torno a compromissos coletivos, tolerância e igualdade;
- sistemas sociais e instituições participativas, transparentes e justas; e
- práticas ambientais que valorizam e sustentam a biodiversidade e os processos ecológicos de apoio à vida.

Nesse sentido, Sachs (2002, p. 85-88) identifica oito dimensões que complementam o conceito de sustentabilidade, ilustradas na Figura 2.



Figura 2 – Dimensões da sustentabilidade
Fonte: Adaptado de Sachs, 2002, p. 85-88.

Assim, ao estabelecer as dimensões que integram o conceito de sustentabilidade, Sachs (2002) reafirma a necessidade de se construir nova sociedade, não apenas com o foco no crescimento econômico, mas que esta se renove de forma sistêmica e integral. Conforme o autor, para que uma sociedade se torne de fato sustentável, é preciso que melhorias sociais como distribuição de renda justa e qualidade de vida decente, respeito à diversidade cultural e ao meio ambiente, preservação e valorização dos recursos renováveis e não renováveis, superação das disparidades inter-regionais, investimento

em pesquisa científica e tecnológica, democracia efetiva, defesa da paz e a promoção da cooperação internacional, entre outros fatores.

As orientações da “Carta da Terra” (MMA, 2000) seguem nessa mesma perspectiva. O documento tem por princípios: a) respeitar e cuidar da comunidade da vida, b) integridade ecológica, c) justiça social e econômica e d) democracia, não violência e paz. Assim, o texto afirma ser essencial “assegurar que as comunidades em todos níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada um a oportunidade de realizar seu pleno potencial” (MMA, 2000, p. 2). Além disso, o documento assevera a urgência de visão compartilhada baseada em valores a serem assumidos mundialmente: “[...] todos interdependentes, visando a um modo de vida sustentável como critério comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos, e instituições transnacionais será guiada e avaliada” (MMA, 2000, p. 2).

Por isso, a UNESCO (2017, p. 7) defende que “para criar um mundo mais sustentável [...] os indivíduos devem se tornar agentes de mudança direcionada à sustentabilidade”. Para tanto, “eles precisam de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que lhes permitam contribuir para o desenvolvimento sustentável. [Sendo] a educação, portanto, [...] crucial para a consecução do desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2017, p. 7).

4 Alfabetização midiática e informacional: competências em prol de valores coletivos e da sustentabilidade

Em face da necessidade de reestruturação dos atuais sistemas de informação e educação, percebe-se que a dinâmica da sociedade contemporânea exige cada vez mais de seus integrantes habilidades para lidar com a imensa gama de informações que permeiam diariamente a vida cotidiana. Saber lidar com o fluxo acelerado de informações e, principalmente, dar-lhes significado e interpretá-las, é tarefa indispensável dos sujeitos modernos (GUARESCHI, 2000).

Para efeito de conceituação, entende-se por informação, na perspectiva de Barreto (2002), um instrumento capaz de transformar a consciência dos indivíduos e a de seu grupo social, sendo capaz de produzir conhecimento, alterando seu estoque mental de saber e trazendo benefícios para seu aprimoramento e para a sociedade em que vive.

Para Araujo (1994, p. 84) a informação é a mais poderosa força de transformação do indivíduo. De acordo com a autora, “[o] poder da informação, aliado aos modernos meios de comunicação de massa, tem a capacidade ilimitada de transformar culturalmente o homem, a sociedade e a própria humanidade como um todo”.

Nesse contexto, Smit e Barreto (2002) analisam a tecnologia como facilitadora de maior e melhor acesso às informações existentes. Todavia, é preciso considerar que “a evolução tecnológica [...] aumentou a necessidade de cada vez mais qualificações e competências humanas” (PIKETTY, 2014, p. 340). Por isso, diante da enorme quantidade de informações existentes, Smit e Barreto (2002) asseveram a necessidade de qualificação por parte dos receptores da informação (consumidores). Para os autores, é preciso desenvolver competências que possibilitem melhor assimilação da informação, para que esta, bem compreendida, traga benefícios para o aprimoramento pessoal e dos espaços de convivência.

Fleury e Fleury (2001) esclarecem que a definição de competência está relacionada a um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes, ou seja, um conjunto de capacidades humanas. Dessa maneira, a competência é considerada como estoque de recursos que o sujeito detém com o intuito de realizar um alto desempenho.

Tendo em vista o conceito de competência associado ao poder da informação, é evidente a relevância da competência em informação na sociedade contemporânea, afinal, ela está direcionada a “[...] um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor, direcionados à informação e seu vasto universo” (FLEURY E FLEURY, 2000 apud DUDZIAK, 2003, p. 24).

Para Belluzzo (2010, p. 23) a competência em informação

[...] constitui-se em processo contínuo de interação e internalização de fundamento conceituais, atitudinais e de habilidades específicas como referenciais à compreensão da informação e de sua abrangência, em busca da fluência e das capacidades necessárias à geração do conhecimento novo e sua aplicabilidade ao cotidiano das pessoas e das comunidades ao longo da vida.

Nessa vertente, considera-se como sujeito competente em informação aquele que apresenta “um comportamento informacional apropriado para identificar, mediante qualquer canal ou meio, a informação adequada às suas necessidades informacionais, levando ao uso sábio e ético da informação na sociedade” (JOHNSTON E WEBBER, 2003, p. 348).

Ainda de acordo com Belluzzo (2010), as pessoas competentes em informação são capazes de identificar suas necessidades informacionais e estabelecer onde e como acessar efetivamente a informação necessária. Além disso, são capazes de avaliar a relevância e a pertinência do conteúdo acessado, conseguindo organizar e transformar a informação em conhecimento. Por isso, aprendem a aprender de forma contínua e autônoma.

Nesse sentido, é preciso destacar que a competência em informação é conquistada por meio da educação. E, sendo assim, em consonância com o pensamento de Belluzzo (2010), Delors (1998) preconiza, no Relatório preparado para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre a educação para o século XXI, ser a capacidade de aprender a aprender um dos pilares da educação ao longo de toda a vida, ou seja, processo contínuo e permanente de educação.

De acordo com Delors (1998), a educação ao longo de toda a vida é o meio de se chegar ao exercício de cidadania ativa, a fim de contribuir para que cada indivíduo seja autônomo e saiba conduzir o seu destino, num mundo onde a velocidade das mudanças associada ao fenômeno da globalização modifica a relação entre indivíduos, espaço e tempo.

Mediante a rapidez das mudanças tecnológicas e as preocupações da UNESCO em construir uma educação ao longo de toda a vida, a expansão dos veículos de comunicação de massa, principalmente a televisão, gerou grandes inquietações na década de 1960. Para a UNESCO, ficou latente a necessidade de uma educação que proporcionasse a capacitação crítica com o objetivo de fazer frente a essa nova modalidade de comunicação (GONNET, 2004).

Diante disso, instituiu-se a preocupação com a educação direcionada para as mídias, inicialmente denominada mídia-educação. Assim, segundo o conceito elaborado pela UNESCO em 1979, a mídia-educação abrange

todas as maneiras de estudar, aprender e ensinar em todos os níveis (...) e em todas as circunstâncias, a história, a criação, a utilização e a avaliação das mídias enquanto artes práticas e técnicas, bem como o lugar que elas ocupam na sociedade, seu impacto social, as implicações da comunicação mediatizada, a participação, a modificação do modo de percepção que elas engendram, o papel do trabalho criativo e o acesso às mídias. (UNESCO, 1984 *apud* BÉVORT E BELLONI, 2009, p. 1086).

Ao longo do tempo, o termo mídia-educação evoluiu para letramento, alfabetização ou competência midiática utilizados na Espanha e nos países latino-americanos e a expressão *media literacy* é mais recorrente na língua inglesa (WILSON et al., 2013).

Importante ressaltar, a UNESCO (2016) prioriza o termo alfabetização ao analisar sua evolução ao longo das últimas décadas. Pois, em resposta ao maior poder e impacto da informação, o termo adquire aspectos situacional, pluralista e dinâmico. Desse modo, os indivíduos passam a necessitar de desenvolver múltiplas alfabetizações tais como: “ciberalfabetização, alfabetização digital, e-alfabetização, alfabetização informacional, alfabetização midiática, alfabetização em notícias, alfabetização tecnológica ou de TIC e muitas outras” (UNESCO, 2016, p. 27).

Nesse sentido, a UNESCO (2016, p. 29) defende que a expressão alfabetização midiática está relacionada com a “[...] habilidade de compreender, selecionar, avaliar e usar as mídias como fornecedor, processador ou produtor de informação”.

Para García-Ruiz, Ramírez-García e Rodríguez-Rosell (2014), a educação midiática, tendo por base a tecnologia, é fundamental para a formação de indivíduos mais criativos, participativos e com mais responsabilidade e visão crítica. Ademais, com a alfabetização midiática esses indivíduos estariam mais aptos a refletir sobre suas relações com o meio em que vivem e a desenvolver valores apropriados e princípios éticos.

Referindo-se à realidade atual de como a informação é produzida e consumida, as autoras utilizam o termo ‘prosumidor’, cunhado por McLuhan na década de 1970, para afirmar que na sociedade contemporânea é possível ser produtor e consumidor de informação, simultaneamente, assumindo papel de protagonista diante dos novos meios de comunicação (GARCÍA-RUIZ, RAMÍREZ-GARCÍA E RODRÍGUEZ-ROSELL, 2014).

Portanto, mediante a alfabetização midiática, um sujeito prosumidor adquire uma gama de competências que o capacita para o desempenho do papel de consumidor de recursos audiovisuais e o de produtor de mensagens e conteúdos de forma autônoma e criativa (GARCÍA-RUIZ, RAMÍREZ-GARCÍA E RODRÍGUEZ-ROSELL, 2014).

Tendo em vista a relevância dos temas competência em informação e a alfabetização midiática e a estrita ligação entre ambas, a UNESCO tem optado pela junção dos termos em um conceito composto: Alfabetização Midiática e Informacional (AMI). Assim, o novo conceito passa a assumir a respectiva definição:

[...] um conjunto de competências que empodera os cidadãos para acessar, recuperar, compreender, avaliar, usar, criar e compartilhar informações e conteúdos midiáticos de todos os formatos, usando várias ferramentas, com senso crítico e de forma ética e efetiva, para que participem e engajem-se em atividades pessoais, profissionais e sociais. (UNESCO, 2016, p. 29).

Pelo exposto, o objetivo principal da AMI é promover o empoderamento das pessoas para que exerçam seus direitos universais e suas liberdades fundamentais, bem como a liberdade de opinião e de expressão. E para que procurem receber e transmitir informações aproveitando as oportunidades emergentes de maneira mais eficaz, ética e eficiente, com o objetivo de beneficiar todos os indivíduos (UNESCO, 2016).

Dessa forma, a AMI pode ser concebida como modelo evolutivo que tem como origem a relação entre as dimensões tecnológica, política, econômica, social e cultural. Além disso, a AMI, também, está interligada à diversidade cultural e à diversidade linguística que permeia as competências culturais, cooperando com a promoção do diálogo intercultural (UNESCO, 2016).

Nessa perspectiva, a UNESCO (WILSON et al., 2013) entende que a definição da AMI, reúne em apenas um conceito os vários conceitos inter-relacionados dentro das diversas noções de alfabetização existentes, tais como alfabetização informacional, alfabetização midiática, alfabetização em TIC e alfabetização digital, entre outras. A representação dessas variações encontra-se na Figura 3.



Figura 3 – A ecologia da AMI: noções de AMI
Fonte: Wilson *et al.*, 2013, p. 19

Os vários tipos de alfabetização abarcados pela AMI, acima representados, possuem, entre si, aspectos de convergência que justificam a junção de seus conceitos em um conceito unificado (AMI), como é possível verificar no Quadro 2.

Quadro 2 – Aspectos de convergência entre os tipos de alfabetização

Aspectos de convergência	Tipos de alfabetização
A objetos de interesse	A alfabetização informacional está relacionada a como são gerenciados os dados e as informações de qualquer formato, usando diferentes ferramentas tecnológicas. A alfabetização midiática mantém sua ênfase nas mídias para uma boa democracia e um bom desenvolvimento. [...] Existe, atualmente, uma convergência teórica e empírica, mesclando alfabetização midiática, alfabetização informacional, alfabetização em TIC e alfabetização digital, o que exige um novo conjunto que combine competências e mecanismos colaborativos.
À abordagem com base em direitos	Todos os tipos de alfabetização estimulam a promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais, especialmente a liberdade de expressão e o acesso à informação (consulte a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, Artigo 19). A alfabetização midiática está especificamente relacionada à liberdade de expressão, liberdade de imprensa e pluralismo midiático, ao passo que a alfabetização informacional ressalta o direito de buscar, receber e transmitir informações e ideias por meio de qualquer mídia sem considerar fronteiras. A alfabetização digital se refere às informações (digitais) e à abertura, à pluralidade, à inclusão e à transparência de qualquer TIC, em particular, na internet.
Ao pensamento crítico e reflexivo	As alfabetizações mencionadas enfatizam a avaliação crítica das informações e do conteúdo midiático, além de exigirem uma compreensão das funções dos provedores de mídia e informação (produtos, serviços e processos) na sociedade.
À produção de competências	Todas as alfabetizações têm em comum o objetivo de produzir a habilidade nas pessoas de acessar, avaliar, criar e compartilhar as informações e as mensagens da mídia ao usar vários meios, incluindo as TIC. Embora seja importante reconhecer as diversas origens desses modelos, elas claramente são compatíveis entre si e se complementam.
Ao impacto na vida pessoal, social e profissional	Os vários tipos de alfabetização são essenciais para os cidadãos – crianças, jovens, mulheres e meninas, pessoas com necessidades especiais, grupos indígenas e minorias étnicas –, pois permitem que eles se mantenham informados, envolvidos e engajados no desenvolvimento social, econômico e político como colaboradores iguais. As informações, os conteúdos midiáticos e quaisquer produtos/serviços digitais também exercem uma grande influência na vida pessoal, social e profissional. A alfabetização midiática possui fortes conotações sociais, enquanto que a alfabetização informacional está relacionada à criação e ao uso bem-informado do conhecimento e dos processos de aprendizagem. Esses dois conceitos incluem a noção da AMÍ para o lazer, principalmente ao usar as TIC digitais.
À abordagem interdisciplinar	A alfabetização informacional e a alfabetização midiática ajudam a fornecer as competências necessárias para a vida no século XXI e a necessidade de lidar com enormes volumes de dados, informações e mensagens de mídia viabilizados por diferentes plataformas e provedores de informação e comunicação. É uma atitude lógica combinar esses modelos (alfabetização midiática e alfabetização informacional) com outros modelos complementares, como a alfabetização em TIC e a alfabetização digital, que podem ser usados para desenvolver um conjunto de competências necessárias no novo ambiente tecnológico, além de poderem ser viabilizadas conjuntamente. Essa integração pode ajudar a promover a participação das pessoas nas sociedades do conhecimento.

Fonte: Adaptado de UNESCO, 2016b, p. 29-30.

Nesse contexto, analisando os aspectos de convergência entre os diversos tipos de alfabetização contemplados no conceito de alfabetização midiática e informacional (AMI) percebe-se que há preocupação para com a promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais, especialmente a liberdade de expressão e o acesso à informação a todos os cidadãos – crianças, jovens, mulheres e meninas, pessoas com necessidades especiais, grupos indígenas e minorias étnicas – a fim de que se mantenham informados, envolvidos e engajados como colaboradores ativos no desenvolvimento social, econômico e político. Por esse motivo, a alfabetização informacional e a alfabetização midiática visam fornecer as competências necessárias para a vida no século XXI frente à necessidade de lidar com enormes volumes de dados, informações e mensagens de mídia veiculadas nas diferentes plataformas e provedores de informação e comunicação (UNESCO, 2016).

Em relação às competências, destaca-se que a UNESCO (2016) propõe 12 competências principais (Quadro 3), todavia não estabelece padrão comum de competências em AMI, mas oferece sugestões às instituições nacionais para que decidam sobre o padrão nacional das competências em AMI mais adequado a cada país.

Quadro 3 – Competências em AMI

COMPETÊNCIAS EM AMI
A pessoa com competências em AMI é capaz de:
1. Determinar e articular a natureza, o papel e o escopo da informação e da mídia (conteúdo), usando uma variedade de recursos.
2. Pesquisar e localizar a informação e o conteúdo midiático.
3. Acessar a informação e o conteúdo midiático necessário de maneira eficaz, eficiente e ética, assim como os provedores de informação.
4. Recuperar e reter temporariamente a informação e o conteúdo midiático, usando uma variedade de métodos e ferramentas.
5. Compreender a necessidade de provedores de informação na sociedade.
6. Avaliar, analisar, comparar, articular e aplicar os critérios iniciais para a avaliação das informações recuperadas e suas fontes, além de avaliar os provedores de mídia e informação na sociedade.
7. Avaliar e autenticar as informações e os conteúdos midiáticos coletados e suas fontes e provedores de mídia e informação na sociedade.
8. Sintetizar e organizar as informações e os conteúdos midiáticos coletados.
9. Criar e produzir novas informações, conteúdos midiáticos ou conhecimentos para um fim específico, de maneira inovadora, ética e criativa.
10. Comunicar as informações, os conteúdos midiáticos e conhecimentos, de maneira ética, legal e eficaz, usando os canais e os recursos apropriados.
11. Engajar-se com provedores de mídia e informação para autoexpressão, diálogo intercultural e participação democrática, usando vários meios de forma ética, eficaz e eficiente.
12. Monitorar o impacto da informação, do conteúdo midiático e dos conhecimentos criados e distribuídos, bem como o uso da mídia existente e outros provedores de informação.

Fonte: Adaptado de UNESCO, 2016, p. 59.

Pelo exposto, entende-se que as competências pertinentes à AMI, em suas inter-relações com as dimensões tecnológica, social, cultural, ambiental, econômica e política, tornam-se fundamentais na promoção do pleno exercício da cidadania, auxiliando os indivíduos a perceberem seu papel no mundo, bem como o impacto de suas ações na sociedade e no meio ambiente.

Nesse sentido, Alexander (2007 *apud* Grizzle, *et al.*, 2016, p. 165, grifos do autor) ressalta que a AMI

pode estimular capacidades fundamentais e promover a liberdade de expressão em múltiplas perspectivas, protegendo, assim, culturas vulneráveis daquilo que alguns especialistas chamam de “colonização das mentes”, como quando modos de consumo e formas de viver [...] são adotados sem senso crítico [...]”.

Visto que

o mundo virtual modificou os hábitos de consumo, mudou o tempo do consumo, agilizou informações e expandiu as possibilidades de publicidade, agravando os conflitos de consumo e a própria vulnerabilidade informacional, técnica, fática e jurídica do consumidor (BENJAMIN, BESSA & MARQUES, 2013, p. 48).

Diante desse cenário, dentre os diversos tipos de alfabetização abarcados pela AMI, o presente estudo destaca a alfabetização publicitária como de extrema relevância para a sociedade contemporânea.

Considerando que a publicidade exerce influência em todas as dimensões da vida humana, faz-se necessária uma alfabetização midiática e informacional com foco na publicidade para que os indivíduos se tornem capacitados a se posicionarem de forma crítica e reflexiva perante a avalanche de informações e estímulos ao consumo constantemente divulgados através dos meios de comunicação.

Esse posicionamento reflexivo é recurso indispensável, pois a publicidade seleciona programas de acordo com seus princípios e valores, e estes raramente oferecem conteúdo culturalmente enriquecedor. Por essa razão, há a possibilidade de confundir ou até mesmo iludir os indivíduos com menor capacidade de reflexão crítica. Assim, seguindo o pensamento de Guareschi (2000), acredita-se que grandes companhias de publicidade muito raramente irão patrocinar programas de fundo crítico e ideológico como as atividades da indústria militar, a denúncia do perigo de plantas transgênicas, a degradação ambiental, etc.

Desse modo, à mercê de conteúdo pouco instrutivo, a sociedade acaba por não se informar adequadamente sobre importantes questões, como por exemplo, de que “a utilização excessiva dos recursos naturais, o grande desenvolvimento tecnológico e o consumismo exacerbado, dentre outros fatores, geraram o desgaste do meio ambiente natural” (LE MOS, 2014, p. 78). E que este desgaste coloca em cheque tanto a sobrevivência de todos os seres vivos quanto a do planeta inteiro.

A percepção de Lemos (2014) revela claramente o impacto negativo das ações humanas ao meio ambiente que, por falta de uma visão sistêmica e pautada em valores individualistas, acabam por provocar, mesmo que indiretamente, grandes desastres ecológicos, infligindo severos desequilíbrios na sustentabilidade do planeta e, por consequência, compromete a sobrevivência das gerações atuais e das gerações futuras.

Portanto, faz-se mais do que urgente o investimento em educação de qualidade, além de ser condição imprescindível para a construção de uma sociedade sustentável, é essencial para a viabilização de sociedades livres, participativas e democráticas (UNESCO, 2016).

A educação de que precisamos, capaz de formar pessoas críticas, de raciocínio rápido, com

sentido do risco, curiosas, indagadoras não pode ser a que exercita a memorização mecânica dos educandos. A que “treina”, em lugar de formar. Não pode ser a que “deposita” conteúdos na cabeça “vazia” dos educandos, mas a que, pelo contrário, os desafia a pensar certo. Por isso, é a que coloca ao educador ou educadora a tarefa de, ensinando conteúdos aos educandos, ensinar-lhes a pensar criticamente. (FREIRE, 2000, p 45, grifos do autor).

Por isso, entende-se que a educação formal tradicional e conteudista, ainda praticada no Brasil, não é suficiente para suprir os anseios da sociedade contemporânea mergulhada em profunda crise complexa e multidimensional. Faz-se necessário a reformulação dos sistemas educacionais, bem como a adoção de novas metodologias como a alfabetização midiática e informacional (AMI), que visa à capacitação dos indivíduos em cidadãos livres, críticos e autônomos, capazes de aprender a aprender em uma educação ao longo de toda a vida. Sendo, dessa forma, melhor habilitados para compreender a necessidade de se respeitar e cuidar do meio ambiente em prol da sobrevivência de todos os seres vivos na Terra, adotando, para tanto, modos de vida mais sustentáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou apresentar a Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) como uma nova competência capaz de proporcionar a reflexão em torno da adoção de modos de vida mais sustentáveis, respeitando o meio ambiente e o futuro das próximas gerações.

Considerando as discussões arroladas neste trabalho, pode-se dizer que a AMI desponta como um dos caminhos à construção de uma sociedade mais sustentável e menos vulnerável às pressões publicitárias do consumismo. A AMI, buscando contribuir para a tomada de consciência da humanidade em torno do impacto que suas decisões podem causar ao meio ambiente e, conseqüentemente, às futuras gerações, incentiva o pleno exercício da cidadania, por meio do pensamento reflexivo, ético e efetivo, ao promover o uso consciente da tecnologia e das informações midiáticas veiculadas nas diversas plataformas e provedores de informação e comunicação. Esse despertar de consciência necessariamente passa pelo autoconhecimento, pela percepção de si mesmo enquanto ser social, que influencia e ao mesmo tempo é influenciado, tanto no micro quanto no macro ambiente. Desse modo, essa conexão entre seres vivos, relações sociais e meio ambiente, defendida pela visão sistêmica, nos remete à condição de inter-relação e interdependência em que vivemos.

Com a ausência dessa percepção sistêmica, a humanidade tem provocado graves desequilíbrios ecológicos, prejudicando as condições autorreguladoras da biosfera e comprometendo a sobrevivência da vida no planeta. Ademais, apesar do imenso potencial científico-tecnológico em que o mundo se depara atualmente, jamais estivemos tão perdidos. Diante de tanto progresso material, o mundo está em crise. Uma crise jamais sentida com tamanha profundidade. Crise moral, intelectual e ética. Crise de valores e sentimentos. Sendo estes, guiados, na maioria das vezes, pela busca incessante de bens e conquistas materiais.

Para alterar essa realidade, a Terra carece de profunda mudança de valores. É preciso despertar os valores da ética e da solidariedade, construir nova consciência coletiva e moral, menos consumista e mais responsável, e que seja adotada e compartilhada globalmente. Para tanto, a AMI, em seu caráter interdisciplinar e multidimensional, pode ser encarada como ponte para o início dessa necessária transformação.

Nesse contexto, espera-se que, em um futuro não muito distante, a AMI possa fazer parte da rotina de nossas crianças em todo o mundo, contribuindo para que venham a se tornar cidadãos menos vulneráveis e mais reflexivos e, por consequência, possam fazer escolhas mais assertivas.

Espera-se, ainda, que a AMI venha fazer parte também do contexto pessoal, social e profissional dos jovens, adultos e idosos, para que, de forma sistêmica e abrangente, sejam melhores seres humanos, buscando viver em sintonia com os demais seres vivos, com o meio ambiente e as futuras gerações.

Por fim, entende-se que o presente estudo possui limitações. Sendo a AMI tema ainda pouco discutido na literatura científica, principalmente no Brasil, tem-se que as bases utilizadas no estudo foram essencialmente documentos produzidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), idealizadora dessa metodologia. Nesse sentido, este trabalho pode ser percebido como ponto de partida para futuras discussões em torno da Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) e seus reflexos na sociedade. Recomenda-se, portanto, que sejam realizadas pesquisas mais aprofundadas, bem como estudos aplicados, extrapolando os limites da pesquisa bibliográfica.

Media and informational literacy: competences in favor of collective values and sustainability

ABSTRACT

The technological dynamics of contemporary society created the need for new competences. Recognizing this need, UNESCO, in addressing the impact of technology in the media, developed Media Literacy and Informational Literacy (AMI) in order to contribute to a more reflexive, ethical and effective conduct of people in their different contexts. Therefore, the objective of this exploratory study is to present the Media and Information Literacy (AMI) as a new competence capable of providing reflection on the adoption of more sustainable ways of life, respecting the environment and the future of the next generations. For this, the bibliographic research bases the discussions listed and demonstrates the relevance of new competencies to an unstable and problematic world. Education is one of the foundations for restoring balance and flexibility in today's economies, technologies and social institutions, with a view to the sustainability of the planet.

Keywords: Technology. Values. Sustainability. Media and informational literacy.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. **Sistemas de recuperação da informação: nova abordagem teórico-conceitual**. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação da UFRJ, 1994. Tese de Doutorado.

BARRETO, A. de A. Transferência da informação para o conhecimento. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.) **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidade**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2002. p. 49-59.

BELLUZZO, R. C. B. Competências e novas condutas de gestão: diferenciais de bibliotecas e sistemas de informação. In: VALENTIM, M. L. P.(Org.). **Ambientes e fluxos de Informação**. Marília: Cultura Acadêmica, 2010. p. 22-53.

BENJAMIN, A.; BESSA, L. R.; MARQUES, C. L. **Manual de direito do consumidor**. 5. ed., ver. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BÉVORT, E; BELLONI, M. L. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Carta da Terra, 2000**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2017.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

_____. **O ponto de mutação**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 2014.

DELORS, J (Coord.). **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez, 1998. Disponível em: <http://dhn-net.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2017.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, 2003.

FLEURY, M.T.L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **RAC**, edição especial, p.183-196, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000. Disponível em: <http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=17339>. Acesso em: 25 jan. 2018.

GARCÍA-RUIZ, R.; RAMÍREZ-GARCÍA, A.; RODRÍGUEZ-ROSELL, M. Educación en alfabetización mediática para una nueva ciudadanía prosumidora. **Comunicar: Revista Científica de Educomunicación**, v. XXII, n. 43, p. 15-23, 2014.

GONNET, J. **Educação e mídias**. São Paulo: Loyola, 2004.

GRIZZLE, A., e et al. **Alfabetização midiática e informacional**: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias. Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002464/246421POR.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

GUARESCHI, P. A. (Org). **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2000.

HODGKINSON, C. **Administrative philosophy**: values and motivations in administrative life. New York: Pergamon, 1996.

IRVING, Marta de Azevedo. Sustentabilidade e o futuro que não queremos: polissemias, controvérsias e a construção de sociedades sustentáveis. **Sinais Sociais**. Rio de Janeiro, v.9, n. 26, p. 13-38, set.-dez. 2014. Disponível em: <http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/488930ad-0522-4b49-bb6f-43d2a-ae234c5/Revista_SSociais_26web.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=488930ad-0522-4b49-bb6f-43d2aae234c5>. Acesso em: 24 jan. 2017.

JOHNSTON, B.; WEBBER, S. Information literacy in higher education: a review and case study. **Studies in Higher Education**, v. 3, n. 28, p. 335–352, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/03075070309295>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEMOS, P. F. I. **Resíduos sólidos e responsabilidade civil pós-consumo**. 3.ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Década da educação das nações unidas para um desenvolvimento sustentável, 2005-2014**: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001399/139937por.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

_____. **Marco de avaliação global da alfabetização midiática e informacional (AMI)**: disposição e competências do país. Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002463/246398POR.pdf>>. Acesso em 22 jan. 2017.

_____. **Educação para os objetivos de desenvolvimento sustentável**: objetivos de aprendizagem. UNESCO, 2017. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002521/252197POR.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baungarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SCHWAB, K. The fourth industrial revolution: what it means and how to respond. **Foreign Affairs**. Science & Technology. 12/12/2015. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2015-12-12/fourth-industrial-revolution>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

SHENG, F. Valores em mudança e construção de uma sociedade sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez & Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. p. 165-178.

SMIT, J. W.; BARRETO, A. A.. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, M.L.P. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 9-24.

WILSON, C. *et al.* **Alfabetização midiática e informacional**: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002204/220418por.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

BIOGRAFIA

Aline Pimenta Nascimento

Mestra em Desenvolvimento Regional, linha de pesquisa Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Regional, pelo Centro Universitário Municipal de Franca. Possui Pós-Graduação Lato Sensu MBA em Gestão de Pessoas nível Especialização em Administração pelo Centro Universitário de Franca (2015). Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Franca (2013) e graduação em Gestão Financeira pela Universidade de Franca (2009).

Marinês Santana Justo Smith

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista. Mestrado em Administração - Gestão Empresarial pelo Centro Universitário de Franca. Graduação em Ciências Contábeis e em Processamento de Dados pela Universidade de Franca. Professora titular na graduação e pós-graduação stricto e lato sensu do Centro Universitário Municipal de Franca.